

PM-MG

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

500 questões gabaritadas-
Praticando- Curso de
Formação de Oficiais- CFO



CÓD: SL-093JN-24
7908433248040

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Noções de Língua Inglesa	33
3. Raciocínio Lógico-Matemático	67
4. Direito Constitucional	81
5. Direito Penal	97
6. Direito Processual Penal	111
7. Direito Administrativo	129
8. Direito Civil e Direito Processual Civil	143
9. Legislação Extravagante e Direitos Humanos	159

LÍNGUA PORTUGUESA

1. INSTITUTO AOCP - AG SOC/FUNDASE RN/SEM ÁREA/2022

ASSUNTO: LÍNGUA PORTUGUESA (Português) - Fonética (Fonemas, Dígrafos, Encontros Consonantais, Vocálicos). Separação Silábica

Dispositivo emite em tempo real alertas contra enchentes

Rio Branco, capital do Acre, poderá contar em breve com um sistema de alerta contra inundações criado por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), campus de São Carlos. Em março deste ano, fortes chuvas fizeram com que o nível do rio Acre, que corta a cidade, ultrapassasse a cota de transbordo, de 14 metros, alagando ruas e casas de cinco bairros do município.

Em meados de junho, uma delegação liderada pelo prefeito de Rio Branco, Sebastião Rodrigues, reuniu-se em São Paulo com o cientista da computação Jó Ueyama, do Instituto de Ciências Matemáticas e da Computação (ICMC) da USP, responsável pela tecnologia, e representantes da Agência USP de Inovação, com o objetivo de finalizar os acertos para a aquisição do sistema. “Ficamos satisfeitos com o interesse da prefeitura de Rio Branco e faremos o que for preciso para licenciar a tecnologia para a cidade”, comentou Ueyama. Se a parceria for concretizada, a capital do Acre será a mais nova cidade brasileira a contar com o dispositivo, já instalado em Rio do Sul, em Santa Catarina, e em São Carlos, no interior de São Paulo — no município paulista, ele é utilizado para testes.

Batizado de e-Noé, o sistema de alerta é composto por uma rede de sensores submersos que monitoram o nível de rios e córregos urbanos. Instalados em pontos do manancial sujeitos a transbordamento, os sensores detectam alterações na coluna d’água e trocam informações entre si por meio de uma rede de comunicação sem fio. Em paralelo, câmeras fotografam o leito do rio, registrando o nível das águas. As imagens e as informações dos sensores são enviadas por sinal de celular para uma infraestrutura em nuvem, onde podem ser acessadas pela Defesa Civil do município ou diretamente pela população.

O sistema e-Noé não evita a inundação, mas fornece informações para quem mora em áreas de risco se precaver e sair de casa antes que a água chegue lá. Em Rio

do Sul, a população pode acompanhar a situação do rio Itajaí-Açu no site da Defesa Civil, que, além de apresentar em tempo real o nível do manancial, mostra dados sobre o quanto deve chover no dia. O órgão envia mensagens alertando a população sobre o risco de inundações. “Em maio deste ano, o Itajaí-Açu atingiu 9,74 metros. O sistema de alerta funcionou e permitiu que os moradores tivessem tempo de tirar as coisas de suas residências e proteger suas vidas.

Adaptado de: <https://revistapesquisa.fapesp.br/dispositivo-emite-em-tempo-real-alertas-contras-enchentes/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

Assinale a alternativa que apresenta uma análise **correta** das palavras retiradas do texto.

- (A) As palavras “brasileira” e “funcionou” apresentam hiatos.
- (B) As palavras “proteger” e “bairro” apresentam juntas três encontros consonantais.
- (C) As palavras “apresentar” e “site” apresentam em destaque o mesmo fonema.
- (D) As palavras “acessadas” e “chegue” apresentam juntas três dígrafos.
- (E) As palavras “município” e “nível” apresentam ditongos.

2. INSTITUTO AOCP - AG SOC/FUNDASE RN/SEM ÁREA/2022

ASSUNTO: LÍNGUA PORTUGUESA (Português) - Formação e Estrutura das Palavras

Dispositivo emite em tempo real alertas contra enchentes

Rio Branco, capital do Acre, poderá contar em breve com um sistema de alerta contra inundações criado por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), campus de São Carlos. Em março deste ano, fortes chuvas fizeram com que o nível do rio Acre, que corta a cidade, ultrapassasse a cota de transbordo, de 14 metros, alagando ruas e casas de cinco bairros do município.

Em meados de junho, uma delegação liderada pelo prefeito de Rio Branco, Sebastião Rodrigues, reuniu-se em São Paulo com o cientista da computação Jó Ueyama, do Instituto de Ciências Matemáticas e da Computação (ICMC) da USP, responsável pela tecnologia, e represen-

tantes da Agência USP de Inovação, com o objetivo de finalizar os acertos para a aquisição do sistema. “Ficamos satisfeitos com o interesse da prefeitura de Rio Branco e faremos o que for preciso para licenciar a tecnologia para a cidade”, comentou Ueyama. Se a parceria for concretizada, a capital do Acre será a mais nova cidade brasileira a contar com o dispositivo, já instalado em Rio do Sul, em Santa Catarina, e em São Carlos, no interior de São Paulo — no município paulista, ele é utilizado para testes.

Batizado de e-Noé, o sistema de alerta é composto por uma rede de sensores submersos que monitoram o nível de rios e córregos urbanos. Instalados em pontos do manancial sujeitos a transbordamento, os sensores detectam alterações na coluna d’água e trocam informações entre si por meio de uma rede de comunicação sem fio. Em paralelo, câmeras fotografam o leito do rio, registrando o nível das águas. As imagens e as informações dos sensores são enviadas por sinal de celular para uma infraestrutura em nuvem, onde podem ser acessadas pela Defesa Civil do município ou diretamente pela população.

O sistema e-Noé não evita a inundação, mas fornece informações para quem mora em áreas de risco se precaver e sair de casa antes que a água chegue lá. Em Rio do Sul, a população pode acompanhar a situação do rio Itajaí-Açu no site da Defesa Civil, que, além de apresentar em tempo real o nível do manancial, mostra dados sobre o quanto deve chover no dia. O órgão envia mensagens alertando a população sobre o risco de inundações. “Em maio deste ano, o Itajaí-Açu atingiu 9,74 metros. O sistema de alerta funcionou e permitiu que os moradores tivessem tempo de tirar as coisas de suas residências e proteger suas vidas.

Adaptado de: <https://revistapesquisa.fapesp.br/dispositivo-emite-em-tempo-real-alertas-contras-enchentes/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

Considerando o conteúdo de formação de palavras, assinale a alternativa que apresenta a análise **correta** das palavras retiradas do texto.

- (A) As palavras “cientistas” e “paulistas” apresentam sufixos que expressam gentílicos.
- (B) A palavra “transbordamento” é formada pelo processo de justaposição.
- (C) As palavras “precaver” e “interesse” contêm os prefixos “pre-” e “in-”, respectivamente.
- (D) A palavra “alerta” é formada pelo processo de derivação regressiva.
- (E) A palavra “infraestrutura” é formada pelo processo de aglutinação.

3. FGV - AUX TP/PCA AP/TÉCNICO EM AGRIMENSURA/2022

ASSUNTO: LÍNGUA PORTUGUESA (Português) - Substantivo

Entre as opções abaixo, assinale aquela em que o diminutivo destacado perdeu o valor de diminutivo, designando uma outra realidade.

- (A) O menino olhou para a **garotinha** que estava a seu lado e sorriu.
- (B) O padre procurou na **folhinha** qual era o santo do dia.
- (C) O aluno tirou o **livrinho** que estava dentro de sua pasta.
- (D) Os meninos menores brincavam com **carrinhos**.
- (E) Era difícil ler a **letrinha** na parte de baixo do cartaz.

4. CEBRASPE - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

ASSUNTO: LÍNGUA PORTUGUESA (Português) - Prônimos Relativos

Texto CG1A1-I

Em Roraima, atualmente, há centenas de sítios arqueológicos conhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), muitos deles já cadastrados no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), banco de dados utilizado pelo referido instituto, no qual são inseridas informações relativas aos sítios arqueológicos identificados. Entretanto, ainda há uma grande quantidade de sítios arqueológicos cujas localizações são imprecisas ou desconhecidas, motivo pelo qual são desenvolvidos projetos de cadastramento/georreferenciamento e sinalização. Essas ações, além de assegurarem uma maior precisão às informações dos sítios já conhecidos, contribuem para que novos sítios sejam identificados e, assim, cadastrados.

As informações sobre os sítios arqueológicos chegam ao conhecimento do IPHAN por meio da própria comunidade, especialmente das comunidades indígenas, e também por meio dos projetos ligados ao licenciamento ambiental.

As datações arqueológicas obtidas para o estado de Roraima remontam ao período pré-colonial e também ao pré-histórico, como é o caso dos sítios Arara Vermelha (em São Luiz do Anauá), Pedra Pintada (Pacaraima) e Ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco (Bonfim).

O sítio Arara Vermelha, também conhecido como Pedra do Sol, é um abrigo sob rocha com um conjunto diversificado de gravuras rupestres (marcas realizadas por pes-

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

1. VUNESP - PAA/UNICAMP/TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO/2023

ASSUNTO: LÍNGUA INGLESA (Inglês) - Gramática (inglês)

Throughout the 20th century the study and practice of public administration was essentially realistic and normative rather than theoretical and value free. This may explain why public administration, unlike some social sciences, developed without much concern about a general theory. Not until the mid-20th century and the dissemination of the German sociologist Max Weber's theory of bureaucracy¹ was there much interest in a theory of public administration. Most subsequent bureaucratic theory, however, was addressed to the private sector, and there was little effort to relate organizational to political theory.

A key principle of public administration has been economy and efficiency – that is, the provision of public services at the minimum cost. This has usually been the stated objective of administrative reform. Despite growing concern about other kinds of values – such as responsiveness to public needs, justice and equal treatment, and citizen involvement in government decisions – efficiency continues to be a major goal.

In its concern with efficiency and improvement, public administration has focused frequently on questions of formal organization. It is generally held that administrative problems can be at least partly corrected by reorganization. Many organizational principles originated with the military, a few from private business. They include, for example: (i) arranging departments, ministries, and agencies on the basis of common or closely related purposes, (ii) grouping like activities in single units and (iii) equating responsibility with authority.

1 Bureaucracy = administration, organization.

(<https://www.britannica.com/topic/public-administration>. Adaptado)

No segundo parágrafo, o trecho – that is, the provision of public services at the minimum cost – tem como objetivo apresentar

- (A) uma justificativa.
- (B) uma explicação.
- (C) uma exemplificação.

- (D) uma conclusão.
- (E) uma condição.

2. VUNESP - PAA/UNICAMP/ANALISTA DE COMÉRCIO EXTERIOR/2023

ASSUNTO: LÍNGUA INGLESA (Inglês) - Gramática (inglês)

European companies dealing with the most alarming energy crisis and inflation in four decades are bracing for a fresh shock: wage inflation and the increasing threat of worker actions. The theme has emerged this earnings season, with many of Europe's most prominent companies warning that prices may rise further in 2023 amid tough wage negotiations in a tight labor market. A season of strike action is already in full swing across Europe as workers – who now suffer the most dramatic real income decline in years – push for higher pay.

With productivity almost flat and a number of countries in the euro area, as well as Britain, entering recession, the wage demands could put additional pressure on company's bottom lines. "We're watching this very closely," Nestlé SA chief Executive Officer told Bloomberg Television. "In most industrial European countries those negotiations for '23 will unfold during the winter and first quarter."

Some companies are already dealing with walkouts. For example, in November 2022, as red banners and whistling filled the air, Airbus SE employees marched out of an assembly plant in Bremen, Germany, in a bid to secure an 8% pay rise. Negotiating on behalf of 3.9 million manufacturing workers, IG Metall (Germany's most powerful workers' union) argued that wage hikes were needed to meet rising energy bills. In response, the employers' association has insisted there simply won't be extra profits to pass down the line, since "there will be no growth that can be distributed". Yet, Germany's recent decision to hike the minimum wage by 22% could encourage unions while feeding broader inflation.

With inflation still rising, there's more pressure than ever on companies to reduce their spending. But holding down wages can backfire, and the next several months will show whether pay is one cost that companies can't afford to cut.

(Dasha Afanasieva et alii. *Europe's Wageflation hangover*. *Bloomberg Businessweek*, 14.11.2022. Adaptado)

Observe o trecho do primeiro parágrafo "a season of strike action is already in full swing across Europe as workers – who now suffer the most dramatic decline in real income in years – push for higher pay".

A terminação -er em *worker*, *suffer* e *higher* assume uma função distinta em cada uma das palavras: indica o agente de determinada ação ou posição; compõe a raiz da palavra; gera o comparativo. Marque a alternativa em que se encontram palavras seguindo os mesmos processos de formação, respectivamente:

- (A) soldier - matter – filter.
- (B) polluter - powder – farther.
- (C) barrier – composer – further.
- (D) builder – character – loser.
- (E) outsider – trainer – lecturer.

3. VUNESP - ENG/UNICAMP/ENGENHARIA MECÂNICA/2023

ASSUNTO: LÍNGUA INGLESA (Inglês) - Gramática (inglês)

Leia o texto para responder à questão.

Researchers in the United Kingdom have developed an autonomous, snakelike robot designed to slither down human lungs into places that are difficult for medical professionals to reach. The new "magnetic tentacle robot," which is composed of magnetic discs and is roughly 2 millimeters and less than a-tenth-of-an-inch long, could eventually have its use expanded to help doctors more thoroughly investigate other organs, such as the human heart, kidney or pancreas.

The robot is still 5 to 10 years away from showing up in a clinical setting, researchers said, but the device comes on the heels of a fleet of other robotic innovations allowing doctors the ability to better scan a patient's lungs for cancerous tissue. They are designed to ease a task doctors have long struggled with: reaching the inner recesses of the human body, for diagnostic and treatment purposes, without causing damage or using invasive procedures.

Doctors now use a medical device called a bronchoscope to examine a person's lungs and airways. Normally 3.5 to 4 millimeters in diameter, the device enters through a patient's nose or mouth and goes into the lung's airways, called bronchioles. However, the bronchoscope's width

and rigidity limits how deep doctors can venture down a patient's lungs in search of cancerous or other problematic tissues. Parts of the lungs are left unexamined, potentially causing harm.

The robot from the United Kingdom would be the first to not require manual guidance from a physician. Magnets mounted on robotic arms outside the patient would be used to help guide the device into the lungs. Once inserted into a patient, the magnets would help the robot move down a patient's lungs autonomously, following a map of the patient's lung network, which would be mapped out before the procedure. Once at its desired location, the robot could ultimately have the capability to take a tissue sample or deliver a clinical treatment. Depending on where a tumor is, this may be the only way to reach it successfully.

"I can imagine a future," says Nitish V. Thakor, a professor of biomedical engineering at Johns Hopkins University, "where a full CAT scan is done of the lungs, and the surgeon sits down on a computer and lays out this navigation path of this kind of a snake robot and says: 'Go get it.' " Despite that, Thakor said any autonomous robot would face an uphill climb being accepted by clinicians, as "people who do the clinical practice ... guard their business very carefully until they get trained."

(Pranshu Verma. *thewashingtonpost.com*, 01.04.2022. Adaptado)

No trecho do quarto parágrafo "Depending on where a tumor is, this **may** be the only way to reach it successfully", a palavra destacada está relacionada à ideia de

- (A) capacidade.
- (B) certeza.
- (C) predição.
- (D) possibilidade.
- (E) necessidade.

4. CEBRASPE - ANA/MPE RO/REDES E COMUNICAÇÃO DE DADOS/2023

ASSUNTO: LÍNGUA INGLESA (Inglês) - Gramática (inglês)

Artificial intelligence (AI) is arguably the most rapidly advancing technology humans have ever developed. A year ago, you wouldn't often hear AI come up in a regular conversation, but today it seems there's constant talk about how generative AI tools like ChatGPT and DALL-E will affect the future of work, the spread of information, and more. A major question that has thus far been almost entirely unexamined is how this AI-dominated future will affect people's minds.

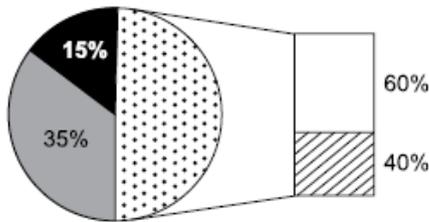
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. VUNESP - AUX NEC/PC RR/2022

ASSUNTO: ESTATÍSTICA - Formas Gráficas de Apresentação de Dados Agrupados por Valor

Do total de mortes registradas pela polícia civil de determinado estado no mês de agosto de 2022, o gráfico apresenta a distribuição percentual, de acordo com a causa da morte:

Mortes registradas pela Polícia Civil em agosto de 2022
Causa da morte



■ Afogamento □ Arma de fogo
■ Luta corporal ▨ Arma branca

Sabendo-se que, das mortes ocasionadas por arma, 40% foram por meio de arma branca e 60% foram por meio de arma de fogo, é **correto** afirmar que, do total de mortes registradas pela Polícia Civil daquele estado, em agosto de 2022, o número de mortes por meio de arma branca corresponde a

- (A) terça parte.
- (B) quarta parte.
- (C) quinta parte.
- (D) sexta parte.
- (E) sétima parte.

2. CEBRASPE - Esc Pol/PC RO/2022

ASSUNTO: ESTATÍSTICA - Eventos e Espaço Amostral

Os eventos A_1 , A_2 , A_3 e A_4 formam uma partição do espaço amostral Ω , de tal sorte que

$$P(A_k) = \frac{k}{10'}$$

em que $k \in \{1, 2, 3, 4\}$.

Na situação hipotética apresentada, a probabilidade da intersecção dos eventos complementares de A_2 , A_3 e A_4 , representada como $P(A_2^c \cap A_3^c \cap A_4^c)$, é igual a

- (A) $\frac{9}{10}$.
- (B) $\frac{42}{125}$.
- (C) $\frac{1}{10}$.
- (D) $\frac{3}{125}$.
- (E) 0.

3. FGV - AUX POL NEC/PC RJ/2022

ASSUNTO: MATEMÁTICA - Análise Combinatória (Princípio Fundamental da Contagem, Arranjos, Combinações, Permutações)

Do grupo dos 6 novos policiais de uma delegacia, 2 deles serão escolhidos para um treinamento especial.

O número de pares diferentes de policiais que podem ser enviados para o treinamento especial é:

- (A) 10;
- (B) 12;
- (C) 15;
- (D) 16;
- (E) 18.

4. CEBRASPE - Tec Per/PC PB/Área Geral/2022

ASSUNTO: MATEMÁTICA - Análise Combinatória (Princípio Fundamental da Contagem, Arranjos, Combinações, Permutações)

Uma quadrilha especializada em roubo a bancos é composta por 5 homens: o chefe, o subchefe, o especialista em explosivos, o especialista em tecnologia e o especialista em armas. A polícia descobriu que a quadrilha faria um roubo e que seus membros estariam usando máscaras com cores diferentes (preta, cinza, azul, verde e marrom), mas não descobriu quem estaria usando qual máscara.

Nesse caso, é possível distribuir as máscaras entre os membros da quadrilha de

- (A) 5 formas distintas.
- (B) 120 formas distintas.
- (C) 10 formas distintas.
- (D) 25 formas distintas.
- (E) 32 formas distintas.

5. CEBRASPE - PPE/SERES PE/2022

ASSUNTO: MATEMÁTICA - Análise Combinatória (Princípio Fundamental da Contagem, Arranjos, Combinações, Permutações)

Uma agência de turismo oferece passeios consistentes na visita a 12 pontos turísticos da cidade de Olinda-PE, entre os quais estão as praias do Bairro Novo e da Casa Caiada, que são as únicas praias da lista de pontos turísticos. A partir dessas informações, assinale a opção que apresenta o número de maneiras possíveis de organizar roteiros de visitas aos 12 pontos turísticos, tal que, se uma praia é visitada, então a segunda praia deve ser o próximo ponto turístico a ser visitado.

- (A) $10!$
- (B) $2 \times 3 \times 10!$
- (C) $2 \times 11!$
- (D) $12 \times 11 \times 10 \times \dots \times 4 \times 3$
- (E) $12!$

6. CEBRASPE - Ag Crim/POLITEC RO/2022

ASSUNTO: MATEMÁTICA - Análise Combinatória (Princípio Fundamental da Contagem, Arranjos, Combinações, Permutações)

João, Paulo e mais outras 3 pessoas estavam em uma fila para, individualmente, depor sobre determinado delito. Nessa fila, João estava imediatamente após Paulo.

Nessa situação hipotética, a quantidade de possíveis ordens diferentes para os depoimentos é igual a

- (A) 10.
- (B) 12.
- (C) 24.
- (D) 48.
- (E) 120.

7. INSTITUTO AOCP - PER/ITEP RN/CRIMINAL/ÁREA GERAL/2021

ASSUNTO: MATEMÁTICA - Análise Combinatória (Princípio Fundamental da Contagem, Arranjos, Combinações, Permutações)

O setor de criminalística coletou algumas possíveis provas de um crime e decidiu distribuir a cada perito uma pasta contendo, cada uma, 5 provas distintas, sendo pelo menos uma relativa a material que será submetido a exame de DNA (X) e pelo menos uma relativa a exame de dactiloscopia (Y). As 5 provas devem ser selecionadas entre 3 provas distintas de X e 6 provas distintas de Y. Assim, a quantidade de pastas que podem ser preparadas é

- (A) menor do que 100.
- (B) 120.
- (C) 125.
- (D) 165.
- (E) maior do que 200.

8. FGV - GCM /PREF SJC/2023

ASSUNTO: MATEMÁTICA - Porcentagem

Uma caixa contém uma mistura homogênea de água e polpa de frutas. O fabricante informa que 90% do volume da mistura corresponde à água. Metade do conteúdo dessa caixa é despejado em uma jarra inicialmente vazia, de modo que a jarra passa a conter 324mL de água.

O volume original da mistura na caixa era igual a

- (A) 360mL.
- (B) 648mL.
- (C) 684mL.
- (D) 720mL.
- (E) 756mL.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. INSTITUTO AOCP - DEL POL/PC PA/2021

ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Constituição: Conceito, Estrutura, Supremacia e Classificação

No que se refere à classificação das constituições, assinale a alternativa **correta**.

(A) Quanto ao conteúdo, as constituições podem ser classificadas como constituição garantia ou constituição dirigente.

(B) A constituição classificada como substancial ou material, segundo a doutrina, está mais relacionada ao universo do “ser” que do “dever ser”.

(C) A constituição garantia, que também é chamada de programática ou social, disciplina o mínimo possível de matérias.

(D) O Brasil é regido por uma Constituição classificada pela doutrina, quanto ao conteúdo, como constituição garantia.

(E) O Brasil é regido por uma Constituição classificada pela doutrina, quanto à função, ou finalidade, como constituição formal.

2. VUNESP - DEL POL/PC SP/2022

ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Poder Constituinte (Originário, Derivado, Reformador, Revisor, Decorrente, etc)

Poder constituinte originário é o que cria uma Constituição. Assinale a alternativa **correta**, considerando as características desse importante instituto jurídico.

(A) Não é possível a declaração de inconstitucionalidade de norma anterior à Constituição, com ela materialmente compatível, editada com desobediência à Constituição então vigente.

(B) O Poder Judiciário pode exercer controle de constitucionalidade sobre preceitos estatuídos pelo poder constituinte originário.

(C) O poder constituinte originário da origem à nova ordem jurídica, razão pela qual os diplomas infraconstitucionais perdem vigor com o advento de uma nova Constituição.

(D) O princípio da segurança das relações jurídicas não permite a restauração da eficácia de lei que perdeu vigência com o advento de uma nova Constituição, quando esta é revogada por uma terceira Constituição.

(E) As normas supervenientes do poder constituinte originário possuem como regra eficácia retroativa mínima e média e, excepcionalmente, eficácia retroativa máxima.

3. INSTITUTO AOCP - AG POL/PC GO/2022

ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Poder Constituinte (Originário, Derivado, Reformador, Revisor, Decorrente, etc)

Depois de intensos debates, a Assembleia Legislativa do recém-criado Estado Beta aprovou a primeira Constituição do Estado. Nesse caso, é **correto** afirmar que a elaboração da Constituição dos Estados-Membros realiza-se pelo poder constituinte

(A) derivado decorrente.

(B) reformador.

(C) originário.

(D) revisor.

(E) difuso.

4. INSTITUTO AOCP - DEL POL/PC PA/2021

ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Poder Constituinte (Originário, Derivado, Reformador, Revisor, Decorrente, etc)

O poder constituinte produz normas constitucionais tanto ao elaborar a constituição quanto ao alterá-la, podendo ser originário ou derivado. A respeito do poder constituinte, assinale a alternativa **correta**.

(A) O poder constituinte originário é soberano e está acima da vontade popular.

(B) O poder constituinte originário encontra-se no texto da própria Constituição que ele irá alterar.

(C) Ao contrário do poder constituinte originário, o poder constituinte derivado é ilimitado e autônomo.

(D) A teoria do poder constituinte não está relacionada à legitimidade do poder, à soberania nacional e à soberania popular de um Estado.

(E) Ainda que exercido de forma ilegítima, o poder constituinte originário será sempre o criador de uma nova constituição que estabeleça uma nova ordem constitucional em um Estado.

5. FGV - GCM/PREF SJC/2023

ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A Constituição da República de 1988 foi um marco na nossa história por ter trazido uma extensa lista de direitos fundamentais do cidadão.

Com base no Art. 5º da Constituição da República de 1988, a seguinte opção **não** corresponde corretamente aos direitos e às garantias fundamentais do cidadão:

(A) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição da República.

(B) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

(C) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.

(D) não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada.

(E) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

6. FGV - GCM/PREF SJC/2023

ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Péricles, preso em flagrante por estar depredando o patrimônio público durante uma manifestação, foi vítima de tortura praticada pelos agentes públicos que, em razão do sofrimento imprimido a ele, obtiveram a sua confissão, além de outras provas contra os demais manifestantes que atuaram à margem da legalidade.

De acordo com a Constituição da República

(A) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo para se obter provas de fatos relevantes e de interesse público, na forma da lei.

(B) o preso não será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, na medida em que a ninguém cabe alegar que desconhece a lei.

(C) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

(D) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária ou policial competente, incluindo os casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

(E) são admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

7. CEBRASPE - TEC PER/PC PB/ÁREA GERAL/2022

ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A liberdade assegurada no *caput* do art. 5º da CF deve ser tomada em sua mais genérica acepção, inserindo-se, nessa amplitude normativa, o direito

(A) ao exercício de culto religioso de caráter presencial coletivo, salvo em casos de adoção, pelo poder público, de medidas restritivas para contenção do avanço de pandemias sanitárias.

(B) à associação sindical ao servidor público civil e militar, na forma da lei.

(C) à manifestação de padrões de valoração ética ou moral, independentemente de constituir incitação à discriminação ou à hostilidade.

DIREITO PENAL

1. INSTITUTO AOCP - AG POL/PC GO/2022

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Princípios da Legalidade e Anterioridade Penal e Demais Princípios Decorrentes (art. 1º do CP)

Vagner é agente da Polícia Civil de Goiás e se depara com o seguinte Boletim de Ocorrência: determinado homem noticiado teria financiado uma mulher de 18 anos de idade, recém-completos, para que ela lhe fizesse favores sexuais. Vagner, em vez de diligenciar para apurar os fatos, opta por encaminhar o procedimento ao Delegado de Polícia, recomendando pedido de arquivamento. Segundo Vagner, o fato apurado **NÃO** constitui delito por violação ao

- (A) princípio da anterioridade.
- (B) princípio do ne bis in idem.
- (C) princípio da taxatividade.
- (D) princípio da legalidade.
- (E) princípio da razoabilidade.

2. VUNESP - ESC POL/PC RR/2022

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Princípios da Legalidade e Anterioridade Penal e Demais Princípios Decorrentes (art. 1º do CP)

Com relação ao princípio da legalidade no direito penal, é **correto** afirmar que

- (A) ninguém poderá ser punido por conduta que não esteja previamente definida como crime por lei em sentido estrito.
- (B) embora se trate de princípio basilar do direito penal, não consta expressamente da Constituição Federal.
- (C) é permitido o uso de normas penais vagas e imprecisas, possibilitando ao julgador ampla discricionariedade no enquadramento legal de condutas como criminosas.

(D) é permitido o uso de analogia, a fim de punir penalmente condutas que atentam contra a moral e os costumes, ainda que não tipificadas como criminosas.

(E) não há crime sem lei anterior que o defina, estando facultado ao juiz determinar a pena sem prévia cominação legal.

3. VUNESP - PER PAP/PC RR/2022

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Princípios da Legalidade e Anterioridade Penal e Demais Princípios Decorrentes (art. 1º do CP)

Imagine que o Presidente da República, por intermédio de Medida Provisória, torne crime uma conduta "X" que, atualmente, não é criminalizada. Na mesma norma, fica previsto que as pessoas que praticaram a conduta "X" nos seis meses anteriores à edição da Medida Provisória serão criminalmente responsabilizadas. Diante desse cenário, é **correto** afirmar que a Medida Provisória

- (A) é instrumento legislativo hábil a criminalizar condutas, mas sua vigência deve obedecer a um prazo mínimo de 60 dias.
- (B) pode criminalizar condutas, obedecida a vacatio legis de 30 dias, mas não pode retroagir.
- (C) entrará em vigor imediatamente, mas perderá eficácia se não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação.
- (D) tem força de lei, mas não atende ao Princípio da Legalidade e a criminalização, portanto, é inconstitucional.
- (E) tem vigência e eficácia a partir de sua adoção, mas não pode retroagir para criminalizar condutas que são anteriores à sua edição.

4. INSTITUTO AOCP - DEL POL/PC PA/2021

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Princípios da Legalidade e Anterioridade Penal e Demais Princípios Decorrentes (art. 1º do CP)

No tocante ao Direito Penal, assinale a alternativa **correta**.

- (A) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a Direito Penal (art. 62, §1º, I, alínea b, CF). Nada obstante, o STF firmou jurisprudência no sentido de que as medidas provisórias podem ser utilizadas na esfera penal, desde que benéficas ao agente.
- (B) O fundamento político do princípio da reserva legal revela a aceitação pelo povo, representado pelo Congresso Nacional, da opção legislativa no âmbito criminal.
- (C) Com a evolução da sociedade e a modificação dos seus valores, determinados comportamentos, inicialmente típicos, podem deixar de interessar ao Direito Penal. Nesse caso, pode-se afirmar que ocorreu a chamada desmaterialização (liquefação) de bens jurídicos no Direito Penal.
- (D) O princípio da fragmentariedade se projeta no plano concreto, isto é, em sua atuação prática, o Direito Penal somente se legitima quando os demais meios disponíveis já tiverem sido empregados, sem sucesso, para proteção do bem jurídico.
- (E) A primeira manifestação do princípio da personalidade da pena no Brasil ocorreu já no período republicano, com o advento do Código Penal de 1890.

5. FGV - INV POL/PC RJ/2022

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Princípios Constitucionais de Direito Penal

João foi condenado, em sentença penal transitada em julgado, pela prática de crime, (1) à pena privativa de liberdade; (2) à pena restritiva de direitos, consistente na prestação de serviços em um abrigo de idosos; (3) a reparar o dano causado à vítima; e (4) a perder os bens adquiridos ilicitamente. Poucos dias depois, João faleceu.

Nesse caso, à luz da ordem constitucional, uma vez preenchidos os requisitos legais e observados os limites estabelecidos, podem ser transmitidas aos herdeiros de João as consequências descritas:

- (A) somente em 1 e 2;
 (B) somente em 1 e 3;
 (C) somente em 3 e 4;
 (D) somente em 2, 3 e 4;
 (E) em 1, 2, 3 e 4.

6. FGV - AG SG PEN/DEPEN MG/2022

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Conflitos de Leis Penais no Tempo (arts. 1º e 2º do CP)

Mônica foi condenada a 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, tendo a sentença condenatória transitado em julgado em 2020, quando se iniciou o cumprimento da pena em estabelecimento prisional. Em 2022, a legislação penal sofreu modificação, reduzindo a pena máxima do delito cometido por Mônica para 5 (cinco) anos de reclusão.

Nesse caso, competirá ao Juiz da execução

- (A) cientificar o Ministério Público e a defesa da condenada acerca do advento da nova lei mais benéfica, a fim de que seja ajuizada ação de revisão criminal perante o juízo de origem.
- (B) informar ao juízo de origem sobre o advento da nova lei mais benéfica, a fim de que proceda à alteração da sentença.
- (C) a aplicação de lei posterior que, de qualquer modo, favoreça a condenada, desde que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (D) a aplicação de lei posterior que, de qualquer modo, favoreça a condenada.
- (E) a aplicação de lei posterior que, de qualquer modo, favoreça a condenada, desde que o crime pelo qual foi condenada não seja hediondo com resultado morte, hipótese em que os autos devem ser remetidos ao juízo de origem.

7. FGV - INV POL/PC RJ/2022

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Tempo do Crime (art. 4º do CP)

Insatisfeito com uma disputa acirrada num jogo de futebol, Ares, que contava com 17 anos e 11 meses de vida, aguarda a saída de Príapo de um curso preparatório, efetuando cinco disparos com revólver adquirido com aquela finalidade. Tendo alvejado seu alvo e sem munição extra, Ares deixa o local, tomando rumo ignorado. Príapo é socorrido por transeuntes e levado ao hospital, onde permanece internado por dois meses, quando, então, vem a óbito, em razão exclusiva dos ferimentos sofridos.

De acordo com o Código Penal, Ares deverá:

- (A) responder pelo crime, em razão da teoria do resultado;
 (B) responder pelo crime, em razão da teoria mista;
 (C) responder pelo crime, em razão da teoria da ação;

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. FGV - INV POL/PC RJ/2022

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

De acordo com a alteração determinada pela Lei nº 13.964/2019, o indiciado poderá constituir defensor nos casos em que policiais figurarem como investigados em inquéritos policiais ou qualquer outra forma de investigação preliminar, cujo objeto seja fato relacionado ao uso da força letal:

- (A) desde que praticado no exercício profissional, de forma consumada;
- (B) que envolva aspecto da atividade funcional policial, de forma consumada;
- (C) desde que praticado no exercício profissional, de forma tentada;
- (D) que envolva aspecto da atividade funcional policial, de forma tentada;
- (E) desde que praticado no exercício profissional, de forma consumada ou tentada.

2. CEBRASPE - DEL POL/PC RJ/2022

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Assinale a opção **correta**, acerca de inquérito policial.

- (A) A autoridade policial que preside o inquérito policial para apurar crime de ação penal pública pode, fundamentadamente, decidir sobre a conveniência e(ou) oportunidade de diligências requisitadas pelo Ministério Público.
- (B) O inquérito policial, consoante o princípio da oficialidade, poderá ser instaurado apenas de ofício pela autoridade policial ou mediante requisição do Ministério Público.

(C) Com base em denúncia anônima de fato criminoso, a autoridade policial pode, independentemente de apuração prévia, instaurar inquérito policial com fundamento exclusivo naquela informação anônima.

(D) Não se permite ao indiciado qualquer tipo de intervenção probatória durante o inquérito policial.

(E) O investigado deve ter acesso a todos os elementos já documentados nos autos do inquérito policial, ressalvadas as diligências em andamento cuja eficácia dependa do sigilo.

3. FGV - DEL POL/PC AM/4ª CLASSE/2022

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Ao chegar a um "local de fato", ainda não sabendo que se trata de um local de crime, de acordo com o Art. 6º do CPP, a primeira providência da Autoridade Policial deve ser a de

- (A) apreender objetos que tiverem relação com o fato, evitando a perda de objetos potencialmente importantes.
- (B) ouvir o indiciado, a fim de decidir sobre a necessidade de sua detenção imediata.
- (C) prender o suspeito, a fim de evitar sua fuga.
- (D) preservar o local.
- (E) ouvir o ofendido, para que se defina a área a ser isolada.

4. FGV - INV POL/PC AM/4ª CLASSE/2022

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

A autoridade policial determinou a instauração de inquérito, após receber a notícia da suposta prática do crime de furto mediante fraude eletrônica, definido no Art. 155, § 4º-B, do Código Penal, com a redação dada pela Lei 14.155 de 2021. O delito em questão é de ação penal pública incondicionada.

Apesar da realização de diversas diligências, não foi possível apurar a autoria delitiva, o que constou no relatório elaborado pelo delegado de polícia. A partir dos dados apresentados, é **correto** afirmar que, no caso,

- (A) o delegado deve arquivar diretamente o inquérito policial, não sendo possível, a partir do arquivamento, em nenhuma hipótese, a reabertura das investigações.
- (B) o delegado pode promover o arquivamento do inquérito, devendo o membro do Ministério Público acompanhar a manifestação ou recorrer ao chefe de polícia.
- (C) embora não possa arquivar diretamente o inquérito, as conclusões do delegado de polícia vinculam o órgão do ministério Público responsável promoção de arquivamento ou oferecimento da denúncia.
- (D) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; entretanto, ocorrendo o arquivamento por determinação da autoridade competente, pode haver o desarquivamento e continuidade das investigações, desde que surja notícia de novas provas.
- (E) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; caso haja o arquivamento por determinação da autoridade competente, não pode haver o desarquivamento e a continuidade das investigações, ainda que surjam notícias de novas provas.

5. FGV - PER /PC AM/4ª CLASSE/BIOLOGIA/2022

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

No curso de inquérito que apurava a prática de crime de tráfico de pessoas, previsto no Art. 149-A do Código Penal, a autoridade policial entendeu imprescindível às investigações o acesso a informações cadastrais dos suspeitos, passíveis de obtenção junto a empresas privadas.

Com base na situação narrada, aponte a afirmativa **correta** acerca da investigação do crime em questão.

- (A) O Código de Processo Penal permite que o delegado de polícia requirite as informações cadastrais diretamente às empresas da iniciativa privada, que devem fornecê-las no prazo de 24 horas, independentemente de autorização judicial.
- (B) O delegado de polícia pode requisitar às empresas privadas o fornecimento das informações cadastrais dos suspeitos, mediante autorização judicial. Não havendo manifestação do juiz competente no prazo de 12 horas, a requisição pode ser feita diretamente à empresa.
- (C) O delegado de polícia pode requisitar diretamente às empresas privadas o fornecimento das informações cadastrais, que devem ser fornecidas no prazo de 72h, sendo apenas comunicado o juiz.
- (D) O Código de Processo Penal permite que o delegado de polícia requirite informações cadastrais diretamente às empresas da iniciativa privada apenas quando há apuração dos crimes de sequestro, extorsão mediante sequestro e redução a condição análoga à de escravo, não estando prevista em lei a requisição no caso de tráfico de pessoas.
- (E) O Código de Processo Penal permite que o delegado de polícia requirite as informações cadastrais diretamente às empresas da iniciativa privada, que devem fornecê-las no prazo de 12 horas, independentemente de autorização judicial.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. CEBRASPE - TEC PER (PC PB)/PC PB/ÁREA GERAL/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

Acerca da administração pública, de seus órgãos e os fundamentos que os regem, assinale a opção **correta**.

- (A) As agências reguladoras possuem poder normativo e autônomo que permite expedir normas gerais.
- (B) Os normativos e a jurisprudência constituem fontes primárias, ou seja, veículos habilitados para criar direitos e obrigações.
- (C) Os costumes são práticas reiteradas da autoridade administrativa, capazes de estabelecer padrões de comportamento e fazer que os administrados esperem aquele modo de agir.
- (D) A supremacia do interesse público impede que o agente público renuncie ao interesse da administração em sede arbitral ou de acordos judiciais.
- (E) Para que seja considerada administração indireta, é necessária a constituição de patrimônio próprio.

2. CEBRASPE - ESC POL (PC RO)/PC RO/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Poder Vinculado e Discricionário

A prerrogativa da autoridade pública competente de eleger, entre as condutas possíveis, a que represente maior conveniência e oportunidade ao interesse público decorre do poder

- (A) discricionário.
- (B) finalístico.
- (C) controlador.
- (D) vinculante.
- (E) impessoal.

3. FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022
ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Poder Regulamentar

Delegado-Geral de Polícia Civil do Estado Alfa, dentro de sua competência legal, editou ato administrativo geral e abstrato, com efeito erga omnes, para complementar e facilitar a execução de determinada lei, minudenciando seus termos.

A providência adotada pelo chefe institucional da Polícia Civil estadual está diretamente relacionada ao poder administrativo

- (A) de polícia, eis que editada pelo superior hierárquico da Polícia Civil.
- (B) de segurança pública, que tem prioridade legal, juntamente com o de saúde, sobre os demais poderes administrativos.
- (C) hierárquico, que consiste em um poder de estruturação externa da atividade pública.
- (D) normativo, que não pode contrariar a lei, sob pena de invalidação.
- (E) disciplinar, porque regulamenta atividades administrativas da Polícia Civil.

4. VUNESP - PER PAP (PC RR)/PC RR/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Poder Hierárquico

No que concerne ao poder hierárquico, é **correto** afirmar:

- (A) Está alicerçado no jus puniendi do Estado, autorizando-se a impor ao particular e ao servidor a vontade da Administração.
- (B) Alicerça a atuação da Administração em relação ao particular, limitando-se à fiscalização das atividades de órgãos inferiores.
- (C) As prerrogativas de delegar e avocar atribuições não decorrem deste poder, assim como dar ordens, fiscalizar e rever atividades de órgãos inferiores.

(D) É o que detém a Administração para a sua organização estrutural, o que escalona seus órgãos e reparte suas funções.

(E) Está alicerçado no jus punitonis do Estado, autorizando-se a impor ao servidor e ao particular a vontade da Administração.

5. VUNESP - AUX NEC (PC RR)/PC RR/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Poder Hierárquico

Considere que Mauro, superior hierárquico de Matheus, avocou a competência exclusiva que Matheus possui de opinar sobre licitações dentro do órgão público em que trabalham. Com base nessa situação hipotética, é **correto** afirmar que Mauro agiu

(A) de acordo com a lei, pois como ele é superior hierárquico de Matheus, pode avocar a competência do seu subordinado.

(B) de maneira ilegal, pois não se coaduna com a legalidade avocar competência exclusiva.

(C) **corretamente**, desde que a avocação seja motivada no interesse público da Administração.

(D) ilegalmente, pois tanto a avocação quanto a delegação não são mais permitidas no direito brasileiro.

(E) de acordo com a lei, desde que haja motivação e Matheus concorde expressamente com a avocação.

6. CEBRASPE - DATI POL (PC RO)/PC RO/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Poder Disciplinar

Quando a administração, após o devido processo administrativo, aplica penalidade a um servidor, ela o faz em razão do poder

(A) hierárquico.

(B) regulamentar.

(C) disciplinar.

(D) vinculado.

(E) discricionário.

7. VUNESP - PER PAP (PC RR)/PC RR/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Poder Disciplinar

Não permite, assim, o sancionamento da conduta de particulares e não se confunde com o direito de punir do Estado. Decorre do poder hierárquico, do dever de obediência às normas e posturas internas da Administração. É **correto** afirmar que o enunciado se refere ao

(A) poder de polícia.

(B) conceito de ato administrativo.

(C) poder disciplinar.

(D) conceito de organização administrativa.

(E) poder discricionário.

8. FGV - INSP POL (PC RJ)/PC RJ/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Poder de Polícia

Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional no combate ao novo coronavírus, o Estado Alfa, regularmente, no âmbito de sua competência, adotou a medida de quarentena, consistente na restrição de atividades e separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estavam doentes e de mercadorias suspeitas de contaminação, de maneira a evitar a possível propagação do coronavírus. A citada medida restritiva teve base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde feitas pelo comitê técnico estadual e foi limitada no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública.

No caso em tela, a quarentena foi embasada no chamado poder administrativo:

(A) de polícia, mediante imposição de restrições ao exercício de liberdades individuais e ao direito de propriedade do particular, em prol do interesse coletivo;

(B) de segurança pública, mediante imposição de restrições legais, cujo descumprimento merece repressão na esfera administrativa e criminal pelos órgãos de segurança pública;

(C) disciplinar, mediante o estabelecimento de normas sanitárias que regem a vida em sociedade, com base na supremacia do interesse público sobre o privado;

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)

O Código Civil em seu art. 6º preceitua que “a existência de pessoa natural termina com a morte”. Qual o nome do instituto jurídico presente no art. 8º do Código Civil que admite a morte simultânea de dois ou mais indivíduos em um mesmo momento, quando não se pode provar quem faleceu primeiro?

- (A) Morte súbita.
- (B) Primoriência.
- (C) Docimásia da agonia.
- (D) Premoriência.
- (E) Comoriência.

2. IBFC - DELEG (PC BA)/PC BA/2022

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 138 A 165)

Lúcia, por inexperiência, adquire de Beatriz um veículo pelo quadruplo do valor de mercado. Acerca no negócio jurídico descrito, assinale a alternativa **correta**

- (A) Lúcia poderá pleitear a anulação do negócio jurídico, visto que restou caracterizada a fraude contra credores.
- (B) Tendo em vista que restou caracterizada a simulação no caso narrado, o negócio jurídico é anulável no prazo decadencial de cinco anos.
- (C) O prazo prescricional para pleitear a anulação do negócio jurídico é de três anos.
- (D) No caso narrado restou caracterizar a lesão, que ocorre quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, obriga-se a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (E) Diante do narrado, é possível dizer que houve coação por parte de Beatriz.

3. FGV - GP (PREF PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/2021

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)

De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/02), analise as afirmativas a seguir.

I. Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

II. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

III. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

4. FGV - GM (PREF SALVADOR)/PREF SALVADOR/2019

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)

Fernanda dirigia um automóvel acompanhada de seu cônjuge, Marcelo, quando colidiu frontalmente com outro veículo. Em razão da gravidade do acidente, ambos faleceram antes mesmo de chegar o auxílio médico.

Sobre a situação apresentada, segundo o Código Civil, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Houve a morte presumida de ambos.
- (B) Será necessária a decretação de ausência de Fernanda e Marcelo.
- (C) Como ambos morreram em razão do mesmo acidente, presume-se que o de maior idade faleceu primeiro.
- (D) Diante do falecimento em uma mesma ocasião, ocorre a comoriência.
- (E) Não há norma no ordenamento brasileiro a respeito de morte simultânea.

5. FGV - GM (PREF SALVADOR)/PREF SALVADOR/2019

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)

Walter é praticante de alpinismo e faz escaladas em encostas de grande altura pelo Brasil. Ao praticar esta atividade em Brotas, as cordas que seguravam Walter acabaram não suportando o peso de seu corpo e ele caiu, chocando a coluna contra uma pedra. Durante a internação, o médico, em contato com a família, explicou que Walter encontrava-se em coma, com todas as funções vitais ativas, e também o sistema nervoso. No entanto, advertiu seus parentes que a possibilidade de falecimento era grande e que, no mínimo, certamente a lesão o deixará paraplégico.

Quanto à situação de Walter, conforme o Código Civil, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Ocorreu sua morte jurídica.
- (B) Houve sua morte presumida.
- (C) Encontra-se, por causa transitória, absolutamente incapaz.
- (D) Encontra-se plenamente capaz, em razão da atividade de seu sistema nervoso.
- (E) Manterá a capacidade relativa, enquanto estiver em coma.

6. CEBRASPE - DEL POL (PC MA)/PC MA/2018

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)

O início da personalidade civil das pessoas físicas e das pessoas jurídicas de direito privado ocorre, respectivamente, com

- (A) o nascimento com vida e com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.
- (B) o registro civil do nascido com vida e com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.
- (C) a concepção do nascituro e com a autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.
- (D) o registro civil do nascido com vida e com a autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- (E) a concepção do nascituro e com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.

7. CEBRASPE - DEL POL (PC GO)/PC GO/2017
ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)

No que concerne à pessoa natural, à pessoa jurídica e ao domicílio, assinale a opção **correta**.

- (A) Sendo o domicílio o local em que a pessoa permanece com ânimo definitivo ou o decorrente de imposição normativa, como ocorre com os militares, o domicílio contratual é incompatível com a ordem jurídica brasileira.
- (B) Conforme a teoria natalista, o nascituro é pessoa humana titular de direitos, de modo que mesmo o natimorto possui proteção no que concerne aos direitos da personalidade.
- (C) De acordo com o Código Civil, deve ser considerado absolutamente incapaz aquele que, por enfermidade ou deficiência mental, não possuir discernimento para a prática de seus atos.
- (D) A ocorrência de grave e injusta ofensa à dignidade da pessoa humana configura o dano moral, sendo desnecessária a comprovação de dor e sofrimento para o recebimento de indenização por esse tipo de dano.
- (E) Na hipótese de desaparecimento do corpo de pessoa em situação de grave risco de morte, como, por exemplo, no caso de desastre marítimo, o reconhecimento do óbito depende de prévia declaração de ausência.

8. CEBRASPE - DEL POL (PC RJ)/PC RJ/2022

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Acerca dos direitos fundamentais, à luz do direito civilista, assinale a opção **correta**.

- (A) De acordo com Código Civil Brasileiro, seja qual for a circunstância, cada pessoa tem a liberdade para dispor do próprio corpo do modo que bem desejar, tanto por meio de mutilações quanto por qualquer forma de diminuição permanente da integridade física.
- (B) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são irrenunciáveis e poderão ser transmitidos, caso o seu exercício sofra limitação voluntária.
- (C) Os direitos da personalidade são direitos essenciais à dignidade e integridade e dependem da capacidade civil da pessoa, podendo ser citados os direitos a vida, liberdade, privacidade e intimidade.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E DIREITOS HUMANOS

1. CEBRASPE - AUX PER (POLC AL)/POLC AL/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Acerca da carteira de identidade e da improbidade administrativa, julgue o próximo item.

Para a Lei de Improbidade Administrativa, a voluntariedade do agente caracteriza o dolo.

CERTO

ERRADO

2. CEBRASPE - AUX PER (POLC AL)/POLC AL/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Acerca da carteira de identidade e da improbidade administrativa, julgue o próximo item.

Para efeito da Lei de Improbidade Administrativa, considera-se agente público a pessoa que exerce, transitoriamente e sem remuneração, função em entidade pública.

CERTO

ERRADO

3. FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Pedro, Investigador de Polícia Civil do Estado Alfa, de forma dolosa, permitiu e concorreu para que a pessoa jurídica privada, sociedade empresária Beta, que atua no ramo de vigilância patrimonial, utilizasse bens consistentes em armas e munições da delegacia de polícia onde está lotado, ao arrepio da lei. Em troca do ato ilícito, Pedro recebia uma mesada mensal, isto é, propina de dez mil reais todo dia primeiro de cada mês.

No caso em tela, além de gerar a responsabilização de Pedro por ato de improbidade administrativa, a Lei nº 8.429/92 (com as alterações da Lei nº 14.230/21) dispõe que os sócios e os diretores da pessoa jurídica de direito privado

(A) não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado ao agente público, pois não se aplica a quaisquer particulares, seja pessoa física, seja pessoa jurídica, o regime jurídico previsto na lei de improbidade;

(B) não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado ao agente público, pois não se aplica aos particulares pessoas físicas o regime jurídico previsto na lei de improbidade.

(C) respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado ao agente público, independentemente de terem participação e benefícios diretos, bem como de ter ocorrido prejuízo ao erário.

(D) respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, independentemente de terem participação e benefícios diretos, desde que seja comprovado prejuízo ao erário.

(E) não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

4. CEBRASPE - DEL POL (PC RO)/PC RO/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Considerada a disciplina legal acerca da improbidade administrativa, observada a Lei n.º 8.429/1992 (LIA) com as alterações promovidas pela Lei n.º 14.230/2021, assinale a opção **correta**.

- (A) A constatação do caráter culposo do ato praticado por quem exerce a função pública não se revela suficiente para afastar a caracterização de ato de improbidade administrativa.
- (B) Os sócios, cotistas e diretores de pessoa jurídica de direito privado, via de regra, respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.
- (C) O sucessor de quem que causar dano ao erário está sujeito à obrigação de reparar os cofres públicos até o limite do valor do patrimônio transferido, exceto nas hipóteses de alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária.
- (D) Não obstante a independência entre as instâncias civil, penal e administrativa, em caso de lesão ao patrimônio público em decorrência de ato de improbidade, a reparação do dano deverá deduzir o ressarcimento já efetuado nas demais instâncias que tiverem por objeto os mesmos fatos.
- (E) Em havendo o ressarcimento integral e efetivo do dano pelo sujeito ativo do ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário ou enriquecimento ilícito, não lhe serão aplicáveis as sanções alusivas à perda de bens ou valores.

5. CEBRASPE - AUX PER (POLC AL)/POLC AL/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

No que se refere a improbidade administrativa e processo administrativo, julgue o item subsequente.

Incorre em improbidade administrativa o recebimento, por servidor público, de vantagem econômica indireta, para fazer declaração falsa sobre dado técnico que envolva obras públicas.

- () CERTO
- () ERRADO

6. FGV - TNS (SSP AM)/SSP AM/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

Os policiais militares Antônio e João, do Estado Beta, no exercício da função e de forma dolosa, receberam vantagem econômica direta, consistente em propina no valor de trinta mil reais, para tolerar a prática de narcotráfico por determinada organização criminosa.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 8.429/92 (com alterações da Lei nº 14.230/21), Antônio e João

- (A) não praticaram ato de improbidade administrativa, pois não houve efetivo prejuízo ao erário estadual, mas respondem nas esferas disciplinar e criminal.
- (B) não praticaram ato de improbidade administrativa, até que sobrevenha decisão judicial transitada em julgado em processo criminal reconhecendo a prática do delito.
- (C) praticaram ato de improbidade administrativa que viola princípios da administração pública e estão sujeitos, entre outras, à sanção de cassação dos direitos políticos.
- (D) praticaram ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito e estão sujeitos, entre outras, à sanção de suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos.
- (E) praticaram ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário e estão sujeitos, entre outras, à sanção de pagamento de multa civil de até o dobro do valor da remuneração percebida pelos agentes.

7. INSTITUTO AOCP - DEL POL (PC GO)/PC GO/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Das Penas (art. 12 da Lei nº 8.429/1992)

O Direito Administrativo reserva disposições especiais para a manutenção da regularidade na atuação de agentes públicos. Assim, o Brasil tem construído, nas últimas décadas, arcabouço normativo que se dedica à apuração e responsabilização de agentes públicos diante de possíveis casos de atuação irregular. Diante desse contexto, foi apurado que um servidor público de dado Município, mediante recebimento de vantagem econômica indevida oferecida por licitante, emitiu parecer técnico inverídico que beneficiou uma construtora, contratada mediante licitação, para realização de obras de uma creche, de modo a consolidar o recebimento de obras que descumpriam os parâmetros adotados no instrumento convocatório.